

## REDE URBANA DO BRASIL: CONSTITUIÇÃO E DINÂMICA RECENTE

**Elias de Oliveira Moraes\_SEMED**

moraes.elias@yahoo.com.br

A rede urbana pode ser definida como o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si através das relações entre pessoas, mercadorias e informações em uma dada porção do território. Sendo assim, o estudo em tela tem o objetivo precípua de contribuir com as discussões sobre a origem e os processos que resultaram na dinâmica recente da rede urbana do Brasil. Os resultados estão fundamentados em pesquisas bibliográficas relacionadas com o desenvolvimento da rede urbana nacional. Em um progressivo processo de criação e refuncionalização de novos centros, a rede urbana foi ampliando sua dimensão espacial e no alvorecer do século XXI apresenta uma organização complexa, cuja compreensão é fundamental para entendermos a sociedade brasileira e o seu território.

**Palavras-chave:** Geografia, território e rede urbana.

### INTRODUÇÃO

As redes de localizações geográficas podem ser definidas como “[...] um conjunto de localizações articuladas entre si por vias e fluxos” (CORRÊA 1997, p. 306).

As redes geográficas sempre fizeram parte da história humana. Estiveram presentes na organização espacial das tribos primitivas bem como na organização comercial dos centros do mundo mediterrâneo. Grandes impérios da antiguidade como o Egito, Grécia e Roma constituíram redes de cidades e a Baixa Idade Média também viu florescer uma importante rede urbana, especialmente ao Norte da Itália.

Com o desenvolvimento do capitalismo, surgiram numerosas redes: comerciais, bancárias, ferroviárias, aeroviárias, de telecomunicações etc. Redes que se tornaram progressivamente mais importantes. Neste sentido, M. Santos afirma que “toda organização e expansão do capitalismo só é possível através das redes de localizações geográficas, que assumem diversas formas de manifestação na vida econômica, social, política e cultural” (1999, p. 217). Esta concepção também é confirmada por Dias (2009).

As cidades mundiais, como Nova York, Tóquio, Londres e São Paulo constituem epicentros de numerosas e variadas redes e assim, constituem os nós das redes; lugares de conexões, de poder e de referência, como sugere Rafestin (1980). Nestas cidades estão as sedes das grandes corporações, cuja organicidade e os seus mais diversos fluxos: mercadorias, pessoas, informações ou capital, são viabilizadas através das inúmeras e variadas redes, que vão de escala local à global.

O estudo das diversas redes e seus efeitos no território é uma tarefa essencial para o geógrafo, pois as redes são, ao mesmo tempo, reflexo e condicionante da organização espacial da sociedade. Em outras palavras, a compreensão das redes urbanas nos ajuda a entender a própria sociedade que a constitui.

Partindo desse pressuposto, o estudo em tela tem o objetivo precípuo de contribuir com os estudos sobre a rede urbana nacional e sua dinâmica recente. Para isso, dividimos o estudo em três seções. Na primeira parte, procuramos definir o que é uma rede urbana e recorreremos à literatura existente para definirmos este conceito. Em seguida serão abordadas algumas das principais características da rede urbana no início do século XX e, finalmente, uma breve reflexão sobre as transformações da rede urbana do Brasil neste início de século.

## **REDE URBANA, O QUE É?**

Em termos genéricos a rede urbana pode ser definida como “o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si” (CORRÊA, 2005, p. 93). Portanto, a rede urbana é um tipo particular de rede, na qual os nós são os diversos núcleos urbanos e, as ligações que os conectam, são as várias relações e fluxos que circulam entre esses núcleos (pessoas, mercadorias, informações, capitais etc.).

Esse tipo de rede, a rede urbana, é, como toda materialidade social, ao mesmo tempo, reflexo e condição da sociedade, construída historicamente pelo constante e inacabado processo de construção humana e que objetiva a integração de toda sociedade numa dada porção espacial, por meio de várias interações sociais.

Partindo desse princípio, percebemos três fatores fundamentais para o estabelecimento de uma rede urbana: Em primeiro lugar, deve haver em uma dada porção do espaço, uma economia de mercado, com transações comerciais envolvendo a comercialização de bens produzidos localmente e externamente. Essa atividade requer certa divisão territorial do trabalho. Em segundo lugar, é necessário que haja, nesse mesmo espaço, pontos fixos onde as transações sejam realizadas, temporariamente ou permanentemente. Por fim é necessário haver uma interação espacial entre esses pontos fixos. Essas interações espaciais referem-se ao amplo conjunto de deslocamento ou fluidez de pessoas, mercadorias, idéias, valores etc.

Toda sociedade que possui esses três pressupostos, podem estar constituídos de redes urbanas. Dessa forma, podemos perceber que este tipo de rede já existia no mundo Greco-romano ou na Baixa Idade Média. Portanto, pode ser limitado, um estudo sobre as redes urbanas, apenas com a visão da presente fase da organização espacial capitalista, em que o mundo está, simultaneamente, fragmentado e articulado por uma grande diversidade de redes urbanas, onde cada centro participa, ainda que com intensidades diferentes, de diversas redes.

O Brasil constitui um grande e desafiador exemplo de como a rede urbana pode sofrer mudanças significativas promovidas pela sociedade em seu constante e inacabado processo de transformações sociais. Dessa forma, recorreremos à análise da rede urbana durante o período colonial para compreendermos as transformações que culminaram com as características atuais mais aparentes.

## **A REDE URBANA BRASILEIRA**

Em contraposição aos últimos sessenta anos, em que a cidade adquiriu e vem adquirindo cada vez mais importância na estrutura econômica, política, social e cultural da sociedade brasileira, a rede urbana nacional assumia uma importância obviamente muito menos expressiva.

Durante os primeiros séculos de ocupação portuguesa, o Brasil como um todo era um país agrário, um país essencialmente agrícola. No dizer de Santos (2008, p. 19), “[...] O urbanismo é condição moderníssima de nossa evolução social”.

Isto significa que Toda a nossa história, é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores.

É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas de nossa civilização. “O dinamismo da nossa história, no período colonial, vem do campo. Do campo, as bases em que se assenta a estabilidade admirável da nossa sociedade no período imperial” (SANTOS, 2008, p. 19).

Se considerarmos em termos quantitativos, o número de cidades em relação à imensa extensão territorial conquistada pelos portugueses, que ultrapassou em muito os limites estabelecidos pelo tratado de Tordesilhas, podemos perceber um grande contraste referente ao pequeno número de cidades diante da imensidão do território.

A figura 01 demonstra o número de vilas e cidades criadas no período de 1500 a 1720. Ao fim desse período, a rede urbana estava constituída pelo conjunto de sessenta e três vilas e oito cidades.

De acordo com Aroldo de Azevedo (1956), quando o Brasil obteve sua independência política no ano de 1822, o país contava com 219 núcleos urbanos, a grande maioria de tamanho quase insignificante, sendo que, três quartos desse total, foram estabelecidos nos últimos cem anos desse mesmo período. Esse cenário pode ser demonstrado pela figura 01.

Figura 01: Vilas e cidades (criadas)

	Século XVI	Século XVII	Século XVIII até 1720
Rio Grande do Norte	1		
Paraíba	1		
Pernambuco	2	1	1
Sergipe	1	2	
Bahia	4	5	1
Espirito Santo	2	1	
Rio de Janeiro	1	6	
São Paulo	6	10	1
Pará		4	
Maranhão		2	1
Alagoas		3	
Paraná		2	
Santa Catarina		1	1
Piauí			1
Ceará			1
Minas Gerais			8

FONTE: Goulart Reis apud Santos, 2008, p. 21.

Essa base urbana modesta, que se diferenciava da rede urbana implantada na América espanhola, considerada muito mais complexa, pode ser explicada a partir das diferenças que se estabeleceram entre os processos de colonização adotados pelos dois países ibéricos no Novo Mundo. Os espanhóis não apenas encontraram civilizações que já possuíam uma base urbana, como também encontraram na mineração, uma base de apoio necessária para o efetivo processo de extração, armazenagem e exportação dos metais preciosos.

A princípio, Portugal não encontrou o que tanto almejava – ouro, diferentemente da Espanha. Por isso, os portugueses deram ao território recém conquistado, apenas uma atenção secundária, garantindo sua presença no Brasil pelo estabelecimento de feitorias, onde o pau-brasil era comercializado com os indígenas e embarcado para a Europa. A ameaça de invasão do território por outras nações, principalmente a França, fez com que Portugal mudasse sua estratégia de domínio das terras brasileiras e efetivasse, a partir de 1533, sua política de colonização no país.

O Brasil foi dividido em 13 capitanias hereditárias, doadas pelo rei de Portugal adonatários pertencentes à elite do reino e muitos nem vieram para o Brasil. Dos que vieram, quase todos fracassaram: perderam suas posses e, alguns, até a vida, sem nada realizar. Só dois tiveram sucesso, em parte porque receberam muita ajuda do rei de Portugal e de banqueiros flamengos: Martim Afonso de Souza, em São Vicente; e Duarte Coelho, em Pernambuco.

O donatário recebera plenos poderes para inaugurar tantas vilas e cidades quanto fossem necessárias. Quanto à organização interna dos primeiros povoados do Brasil, Holanda (1984), afirma que quando estes possuíam pelourinho, cadeia pública e câmara dos vereadores, eram elevados à categoria de vila. Nestas, a população pobre seguia os princípios das cidades medievais, pois viviam nos arredores, afastadas do centro. Em linhas gerais, a cidade não ocupava posição de destaque no período colonial; servia apenas para demarcar um ponto de controle do território. Segundo Abreu (2002, p. 149), “era somente em ocasiões especiais, e muito especialmente nas festas cívicas ou religiosas, que a classe proprietária se dirigia aos poucos núcleos urbanos existentes”. Isso se devia aos longos trajetos a

percorrer e à precariedade de comunicação interna. No restante do ano, os núcleos urbanos definham em insuportável e insignificante monotonia.

Com relação à grande propriedade da classe proprietária, Abreu (2002) afirma que esta era caracterizada pela autossuficiência, ou seja, por seu caráter “autárquico”. Dessa forma, a grande propriedade rural escravista prescindiria inclusive da existência material dos núcleos urbanos, isto só não ocorrendo totalmente porque aí estava localizado o poder local, principal elo de intermediação entre o colono e o Rei, e sobre o qual os grandes proprietários tinham não só influência como controle.

Mesmo que a cidade não tenha ocupado posição central na estrutura colonial do Brasil, contudo ela não pode ser analisada com ar de desprezo e irrelevância, tendo em vista os resultados empíricos da academia na atualidade que revelam uma importante preocupação com o planejamento interno das cidades, mesmo durante o período colonial, refutando uma afirmação por muito tempo consolidada por Sérgio Buarque de Holanda de que a cidade que os portugueses construíram na América, não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. “Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência sempre esse significativo abandono que exprime a palavra desleixo” (HOLANDA, 1984, p. 76).

Na construção e planejamento das cidades do Brasil colonial, estiveram envolvidos diversos engenheiros militares, homens que ocupavam posição de prestígio e podem ser considerados como verdadeiros planejadores urbanos do Brasil. Portanto, ainda que a afirmação de Sérgio Buarque se refira corretamente ao padrão que se desenvolveu no crescimento de antigos arraiais e povoados, ou mesmo por algumas vilas fundadas por donatários, todavia, esse princípio não se aplica a todos os núcleos urbanos, principalmente às cidades reais, ou seja, àqueles núcleos urbanos que foram fundados diretamente pela coroa e que se desenvolveram durante o período colonial. A esse respeito, Vasconcelos (2006), aponta vários exemplos de cidades como Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Belém, João Pessoa, São Cristóvão, Cabo Frio e outras que foram criadas como produto mental e objeto de um amplo projeto de planejamento urbano.

A partir do século XIX, a rede urbana do Brasil começou a apresentar sinais de mudança. O desenvolvimento da mineração, no início deste século, estimulou o desenvolvimento de um mercado interno e fez surgir um novo padrão de ocupação espacial que dava destaque aos núcleos urbanos.

No plano externo, a Europa vivia um momento de grande efervescência política, econômica e cultural. O movimento iluminista, embora proibido no Brasil, estimulou a origem de várias revoltas, que foram suprimidas com mão de ferro. A revolução industrial inglesa consolidava o novo modo de produção capitalista na Inglaterra e a revolução francesa afrontava o antigo regime colonial, que já durava alguns séculos. Tais movimentos gerou grande pressão ao antigo regime e em face à ameaça francesa de invadir Portugal, ocorre um acontecimento que veio alterar profundamente o rumo da sociedade brasileira: a transferência da sede do governo português para o Rio de Janeiro.

Durante o período em que a corte portuguesa esteve no Brasil, de 1808 a 1821, o país conheceu profundas transformações políticas, econômicas e culturais, a começar pela valorização arquitetônica e urbanística do Rio de Janeiro, que teve que se adequar, com medidas imediatas à sede da monarquia. A independência do país só veio ratificar a posição privilegiada da capital e, a partir da reflexão sobre os problemas urbanos do Rio de Janeiro é que a discussão sobre a valorização do espaço urbano será levada para outras partes do país.

Segundo Abreu (2006,p. 160), pode ser identificado no Brasil, a partir do início do século XIX, dois tipos de reflexão sobre o espaço urbano. O primeiro deu continuidade ao trabalho dos engenheiros militares e estimulava uma política voltada para a provisão, no espaço urbano, de infraestrutura e comodidades. Dessa forma, ocorre maior valorização da cidade como sede do poder e dos serviços essenciais da sociedade, privilegiando a elite. A segunda reflexão, segundo o autor, estava relacionada à valorização de uma política higienista. Esse pensamento tinha uma matriz epistemológica que vinha da tradição dos fisiocratas e que via a população como um corpo social que devia ser cuidado, cujo interesse da coletividade deveria estar acima dos interesses individuais. Esse pensamento já se projetava na Europa há algum tempo e permeou as políticas públicas de planejamento urbano no Brasil durante o século XIX e início do século posterior. O confinamento de pessoas



acometidas de lepra em grandes áreas isoladas, nos diversos estados do país, se constitui em um exemplo prático do pensamento higienista.

Apesar das inúmeras transformações urbanas ocorridas no início do século XIX, e mesmo com a criação e valorização de novas cidades, a rede urbana nacional ainda se mantinha pouco articulada. A esse respeito, Santos (2008, p. 29) afirma que “[...] o Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior”.

Esse cenário é relativamente quebrado a partir do século XIX, com a produção em larga escala do café. A partir desse momento, o café passou a ser o principal produto de exportação do Brasil e São Paulo tornou-se um polo dinamizador que envolvia os estados da região Sul e parte significativa dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Durante essa etapa, a rede urbana nessa porção do território começa a se integrar, ainda que de forma insipiente, graças aos novos padrões técnicos capazes de articular, de forma sistemática, os diversos núcleos urbanos dessa região. De um lado, a implantação das estradas de ferro, o telégrafo, a melhoria dos portos e a melhoria nos meios de comunicação atribuem a essa região do país, uma nova fluidez em potencial. De outro, é aí também onde se instalam, sob a influência do comércio internacional, formas capitalistas de produção, trabalho, intercâmbio, consumo, que vão proporcionar efetiva fluidez de pessoas, mercadorias, informações e capitais.

Trata-se de uma integração limitada. Os subespaços dessa região se desenvolveram com uma integrada divisão territorial do trabalho, mas gerou uma integração limitada com relação ao restante da rede urbana nacional.

Como podemos perceber, esse quadro constitui a semente de uma situação de polarização dessa região em relação ao restante do país, que mantém em São Paulo, seu principal centro.

## **A REDE URBANA NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Durante a década de 1930, as novas condições políticas e organizacionais permitem que a industrialização conheça uma nova etapa no país; uma nova



impulsão vinda do poder público que fomentará uma nova lógica econômica e territorial que, pouco a pouco, permitirá uma integração do território nacional.

Dessa forma, o país ampliou gradativamente sua condição de urbanização, refletida e condicionada pela rede urbana nacional. Com relação a essa nova etapa, Santos (2008) afirma que a partir dos anos 1940-1950, é essa lógica da industrialização que prevalece: o termo industrialização não pode ser tomado, aqui, em seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações e ativa o próprio processo de urbanização e a consequente inserção do país no processo de globalização.

O processo de industrialização no Brasil assumiu papel preponderante para a ampliação da rede urbana nacional, seja pelo enorme poder de atração de mão de obra ou pela enorme necessidade de integração com novas atividades urbanas que promove, como as de transporte, comercial e de serviços diversos, formando um sistema urbano fortemente interdependente, como esclarece Carlos (2009).

Todavia, o processo de industrialização no Brasil ocorreu de maneira diferenciada entre as redes regionais do país. Ocorreu de maneira mais intensa nas regiões polarizadas por Rio de Janeiro e São Paulo, considerados como principal centro polarizador das atividades econômicas, políticas e sociais e, em menor grau, nos principais centros urbanos regionais.

Durante a primeira metade do século XX, a rede urbana brasileira possuía diversas características, apontadas por Corrêa, (2006), entre as quais, três são imprescindíveis para os propósitos deste estudo. Em primeiro lugar, havia uma relativamente pequena complexidade funcional dos centros urbanos. Em segundo lugar, havia um pequeno grau de articulação entre os centros urbanos, definindo um padrão de articulação ainda fortemente marcado por relações regionais. A terceira característica, que emerge das anteriores, era o padrão espacial com que a rede urbana estava construída.

*A pequena complexidade funcional dos centros urbanos.* O país ainda não possuía o grau de industrialização e integração nacional que hoje possui. Dessa

forma, grandes áreas do país ainda eram marcadas por uma pequena divisão territorial do trabalho. Em consequência, os centros urbanos caracterizavam-se como lugares centrais (Christaller, 1996). A rede urbana apresentava uma nítida hierarquia, na qual, abaixo de duas metrópoles nacionais, Rio de Janeiro e São Paulo, havia metrópoles regionais consolidadas como Porto Alegre, Salvador, Recife e Belém, metrópoles regionais em formação como Belo Horizonte, Fortaleza e Curitiba e ainda centros sub-regionais. Nessa fase, os mercados ainda eram marcados por relações fortemente regionais e, muitos centros urbanos desempenhavam a função de coleta, armazenagem e beneficiamento de produtos naturais de suas hinterlândias locais e regionais.

*As interações regionais.* A estrutura econômica do Brasil estava organizada entre metrópoles regionais e suas hinterlândias. A malha rodoviária do país ainda era precária e havia pouca interação entre as diversas regiões. As interações existentes, quase sempre se davam entre as metrópoles regionais consolidadas. Assim, cidades como Salvador, mantinham forte relação comercial com os centros urbanos da Bahia, Porto Alegre com os centros urbanos do Rio Grande do Sul, São Paulo com os municípios do próprio Estado e assim sucessivamente. Essa característica pode ser muito bem exemplificada por meio da rede bancária nacional que no ano de 1941 era constituída por 512 bancos e apenas 1.134 agências, apresentando, em média, 2,2 unidades por banco, conforme aponta Corrêa (2006, p. 316): “Os bancos, por onde se viabiliza parcela ponderável da circulação de capital, eram eminentemente regionais, atuando na hinterlândias das metrópoles em que estavam as suas sedes”. Em resumo, a rede bancária refletia e condicionava a organização da rede urbana estruturada em mercados regionais pouco integrados entre si.

*Os padrões espaciais das diversas redes urbanas regionais eram basicamente de dois tipos.* O primeiro era do tipo dentrítico; herdeiro de um passado colonial, quando a ocupação do território seguia os grandes cursos fluviais conforme enfatiza Prado Júnior (1994). A rede urbana de Belém por volta de 1950 constitui um exemplo notável deste padrão espacial. O segundo, do tipo Christalleriano; era caracterizado por lugares centrais hierarquizados, onde uma metrópole regional

polarizava centros de menor expressão e assim sucessivamente, conforme aponta Christaller (2001).

## **AS MUDANÇAS RECENTES DA REDE URBANA NACIONAL**

A partir da segunda metade do século XX ocorreram mudanças profundas na sociedade brasileira e essas mudanças terão reflexo na rede urbana do país; mudanças que ocorreram primeiramente na região sudeste, sob influência das metrópoles Rio de Janeiro e São Paulo, espalhando-se progressivamente entre as principais capitais regionais seguindo-se entre os demais centros urbanos conforme a posição na hierarquia urbana.

As transformações que ocorreram são resultados da inserção do país no processo de globalização e culminaram com a efetiva integração nacional. Ambas, globalização e integração nacional manifestam-se na rede urbana.

A inserção do Brasil no processo de globalização e a integração nacional, conforme aponta Corrêa (2006), estão associadas a diversos fatores, cujos principais são: a industrialização, que gerou uma poderosa e diversificada produção e a criação de áreas e centros industriais especializados e diversificados; a urbanização, que se manifesta tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, seja pelo aumento vertiginoso da população urbana ou pelas mudanças de comportamento, implicando mudanças no consumo; a melhoria geral e progressiva dos padrões de circulação envolvendo a criação de rodovias, portos, aeroportos e a implantação de uma eficaz rede de telecomunicações, aumentando a fluidez de pessoas, mercadorias informações e capitais em âmbito nacional; a industrialização do campo; a incorporação de novas áreas e à refuncionalização de outras, a exemplo da Amazônia e, as áreas de campos e de cerrado, que de áreas tradicionalmente pastoris foram transformadas em áreas agrícolas produtoras, sobretudo de grãos, envolvendo uma mudança de valorização da natureza.

As transformações anteriormente apontadas foram, entre outras, determinantes para gerar profundas alterações na rede urbana do Brasil, entre as quais se destacam: a continuidade da criação de novos núcleos urbanos. a

crescente complexidade funcional dos centros urbanos, a crescente articulação entre os centros e uma mudança no padrão da rede urbana.

*A continuidade da criação de novos núcleos urbanos.* O Brasil sempre se caracterizou pela existência de uma fronteira de povoamento entre suas regiões e com o processo de industrialização do campo, muitas áreas foram incorporadas como fronteira de desenvolvimento tendo como consequência o surgimento de muitos centros urbanos. São núcleos criados para comercialização e beneficiamento da produção agrícola, prestação de serviços, distribuição varejista etc. Dessa forma, regiões conhecidas como fronteira do capital, a exemplo da Amazônia e do Centro-Oeste foram integradas ao restante do país, contribuindo com o aumento significativo do número de cidades e da população urbana.

*A crescente complexidade funcional dos centros urbanos.* Se a rede urbana do país era caracterizada por uma relativamente baixa divisão territorial do trabalho, com o aumento e a diversificação industrial e a crescente urbanização, doravante será marcada por uma cada vez mais complexa divisão territorial do trabalho e uma crescente complexidade funcional dos centros. Essa complexidade fez com que inúmeros centros urbanos, em maior ou menor grau, gravitassem em torno das indústrias metalúrgicas, de calçados, de papel, confecção, móveis, maquinário agrícola ou de serviços, como religioso, de lazer, de ensino superior etc.

Nesse processo de diferenciação funcional muitos centros afetados singularizam-se, inserindo-se na rede urbana nacional e global através de suas funções centrais.

Vale ressaltar ainda nesse mesmo processo, a consolidação de São Paulo como a principal metrópole nacional e a ascensão de metrópoles regionais como Belo Horizonte, Curitiba, Manaus e Goiânia.

*A crescente articulação entre os centros.* Como consequência da complexidade funcional anteriormente descrita e, viabilizada pelos sistemas de transporte e de telecomunicações, houve uma crescente articulação entre os diversos centros que, combinando interações espaciais de escala local e regional, realizam interações de escala nacional e global, conforme aponta Dias (2009).

A história da constituição da rede urbana brasileira é marcada pela associação entre processo de urbanização e processo de integração do mercado

nacional. A eliminação de barreiras de todas as ordens constituía a condição primordial para integrar o mercado interno, pois esta integração pressupunha a elevação do grau de complementaridade econômica entre as diferentes regiões brasileiras.

À presença inicial das ferrovias e rodovias, que irrigavam o país em matérias primas e mão de obra, se superpõe, na atualidade, os fluxos de informação - eixos invisíveis e imateriais certo, mas que se tornaram uma condição necessária a todo movimento de elementos materiais entre as cidades que eles solidarizam.

As relações sub-regionais entre centros tornam-se cada vez mais densas e numerosas revelando ainda outra característica recente da rede urbana e se refere a uma mudança no padrão espacial das redes regionais; não mais dentrícos ou chistalleriano, mas que podem ser definidos como padrões complexos com múltiplos circuitos. Isto significa que a rede urbana do Brasil apresenta diversos ciclos de reprodução do capital, com interações variadas e a rede urbana torna-se cada vez mais complexa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente texto procurou compreender a origem e o desenvolvimento da rede urbana do Brasil, que constitui um reflexo e condicionante da sociedade que a constitui.

Em um progressivo processo de criação e refuncionalização de novos centros, a rede urbana foi ampliando sua dimensão espacial, principalmente com a inserção do país no processo de globalização e na efetiva integração nacional, no alvorecer do século XXI, apresenta uma organização complexa que evidencia a nítida continuidade da criação de novos núcleos urbanos, especialmente em novas áreas de fronteira de ocupação e de modernização do território nacional, a crescente complexidade funcional dos centros urbanos, a crescente articulação entre os centros e uma mudança no padrão da rede urbana.

Compreender a complexidade da rede urbana nacional nos ajuda a entender a sociedade brasileira e o seu território. Por isso, constitui uma tarefa imprescindível para a ciência geográfica. O texto em questão procurou contribuir com a temática,

apontando alguns pontos que sucintamente foram discutidos e precisam ser aprofundados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. *Pensando a cidade no Brasil do Passado*. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ABREU, Maurício de Almeida. *A apropriação do território no Brasil Colonial*. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. *Explorações geográficas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: Faulp Publicações, 1992.

BECKER, Berta K. *Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 1997.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. 4ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DIAS, Leila. *Redes: Emergência e Organização*. In: *Geografia: Conceitos e Temas*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 5ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1945.

JÚNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. 42ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 11ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SJOBERG, Gideon. *Origem e evolução das cidades*. In: *Cidades: a urbanização da humanidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- SPOSITO, Maria Encarnação. *Capitalismo e urbanização*. 15ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período Colonial. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.